



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA Nº 3506 - BA (2021/0211109-0)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
REQUERENTE : **EMPRESA BAIANA DE AGUAS E SANEAMENTO SA**
ADVOGADOS : **VALBERTO PEREIRA GALVÃO - BA007997**
 LÍCIO BASTOS SILVA NETO - BA017392
 LUIZ FLÁVIO FALCÃO SILVA E OUTRO(S) - BA018928
REQUERIDO : **TOP ENGENHARIA LTDA**
ADVOGADOS : **FABIANO MOTA SANTANA - BA017360**
 ANA CAROLINA LOMANTO DA CUNHA GUEDES - BA023059

DECISÃO

Cuida-se de pedido de tutela de urgência formulado por EMPRESA BAIANA DE AGUAS E SANEAMENTO S.A.

A requerente narra que (fl. 14):

[...] a decisão recorrida manteve a determinação da Des. Relatora da Ação Rescisória nº 8016606-88.2019.8.05.0000, que determinou à ora Recorrente que efetue o depósito prévio, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do feito sem julgamento do mérito, sob o argumento de que a EMBASA não está listada entre os entes taxativamente citados no § 1º, inciso II, do art. 968, do CPC, sendo incabível o pedido de utilização de fiança bancária para substituí-lo.

Sustenta que (fl. 15):

[...] a matéria do Recurso Especial comporta imediata prejudicialidade que torna inócua a sua apreciação em momento posterior, haja vista que em caso de não realização do depósito prévio estabelecido no art. 968 do CPC, o feito rescisório será extinto na origem, sem julgamento do mérito.

Pleiteia a atribuição do efeito suspensivo ativo ao recurso especial interposto, "contra a decisão que manteve a determinação à ora Recorrente para que efetue o depósito prévio estabelecido no art. 968, II, do CPC" (fl. 17).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Nos termos dos arts. 1.027, § 2º, 1.028, §§ 2º e 3º, e 1.029, § 5º, III, do

Código de Processo Civil, a competência para apreciar o pedido de tutela provisória para suspender o processo na origem somente se transfere ao Superior Tribunal de Justiça após o processamento do recurso especial pelo tribunal de origem.

O STJ admite o abrandamento da incidência das Súmulas n. 634 e 635 do STF e, por conseguinte, o processamento das tutelas cautelares relativas a recursos especiais pendentes de juízo de admissibilidade na origem para coibir a eficácia de decisão teratológica ou em manifesta contrariedade à jurisprudência assentada pela Corte (AgInt na Pet n. 13.316/MT, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 3/8/2020).

Verifica-se que, no presente feito, não ocorreu, ainda, o juízo de admissibilidade do recurso especial interposto, motivo pelo qual, conforme preceituam as súmulas mencionadas do STF, não é competente o STJ para processar o pedido de tutela provisória.

Ademais, as razões apresentadas apenas reiteram os argumentos apreciados no julgamento do agravo interno realizado no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, mas deixam de apresentar fundamentos que demonstrem manifesta contrariedade do referido julgado frente à jurisprudência assentada pelo Superior Tribunal de Justiça.

Assim, não há motivação para abrandar a incidência das súmulas mencionadas referentes ao processamento das cautelares no STJ, antes do juízo de admissibilidade do Tribunal de origem.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XVIII, *b*, do RISTJ, indefiro o pedido.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente